



## Edifício de Serviços

Este prémio visa os edifícios já construídos que, incorporando ou não sistemas energéticos para aquecimento e/ou arrefecimento ambiente, denotem um desempenho energético de assinalar em termos da sua eficiência energética global. Os aspectos a ter em atenção neste prémio são os seguintes:

1. Constituir um exemplo claro de elevado nível arquitectónico e de boa integração no meio.
2. Elevada eficiência dos sistemas energéticos de climatização e de ventilação, tendo em atenção a conformidade com o projecto, a qualidade da instalação, a garantia de boa qualidade do ar interior, uma boa manutenção e baixos consumos específicos.
3. Sistemas de iluminação eficientes.
4. Consumo global de energia baixo para a respectiva tipologia, tendo por base os padrões e indicadores habituais de boa prática.

Tendo em atenção estes requisitos, este prémio destina-se em exclusivo a edifícios de serviços, já em funcionamento e nos quais seja possível quantificar e qualificar objectivamente os itens acima identificados.

### Condições específicas de candidatura

Os edifícios deverão ter os seguintes requisitos:

5. Construção concluída em território nacional após 1 de Janeiro de 2000.
6. Cumprir integralmente a regulamentação térmica existente (RCCTE e RSECE) e ter potências instaladas de aquecimento e de arrefecimento inferiores em pelo menos 30% aos máximos permitidos pelo RSECE.
7. Demonstrar, mediante metodologias de contabilização simples mas credíveis, com base em dados reais de consumos, um desempenho energético optimizado.



# Prémios DGE 2003

## Eficiência Energética em Edifícios

### Edifício Residencial e Edifício de Serviços

### Iniciativa Pública P3E

A Iniciativa Pública "Eficiência Energética nos Edifícios" (P3E) é promovida pela Direcção Geral de Energia e executada pela Agência para a Energia, o Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e o Instituto Português da Qualidade. A P3E é financiada pelo Programa Operacional da Economia, através da medida 2.1 - Apoiar actividades e produtos de dimensão estratégica.

Para mais informações: [www.p3e-portugal.com](http://www.p3e-portugal.com)

Entidades executoras



Instituto Português da Qualidade



MINISTÉRIO DA ECONOMIA



Iniciativa promovida e financiada por

## Objectivo

Estes dois prémios, integrados no Programa da Eficiência Energética em Edifícios (P3E), visam premiar edifícios construídos em território nacional, que possam ser considerados como de mérito, pela sua arquitectura e, ainda, na integração da energia solar passiva e da eficiência energética nos edifícios, com ou sem sistemas de climatização, com garantia de bom desempenho ambiental, de conforto e de qualidade do ar interior.

## Júri

### Presidido pelo Arquitecto Álvaro Siza Vieira

Integrará um representante da Ordem dos Arquitectos, da Ordem dos Engenheiros, do Conselho Superior de Obras Públicas e da Direcção Geral de Energia.

O Júri será assessorado por uma Comissão Técnica, constituída por especialistas na área da utilização racional de energia nos edifícios, que prepararão uma análise técnica detalhada sobre todos os concorrentes para assistir a decisão do Júri.

## Prémios

### O montante global dos prémios a atribuir é de 50 000 €.

Os prémios serão em princípio igualmente divididos entre as duas categorias de edifícios indicadas, mas o Júri poderá decidir outra distribuição do montante dos prémios face à valia das obras premiadas. O Júri poderá também atribuir Menções Honrosas.

O Júri poderá decidir não atribuir algum dos prémios se a qualidade dos concorrentes assim o justificar.

## Calendário

Anúncio do prémio: 29 de Maio de 2003 (Dia da Energia).

Data limite das candidaturas: 28 de Novembro de 2003.

Análise das candidaturas: até 31 de Março de 2004.

Entrega dos prémios: Abril de 2004



## Edifício Residencial

Este prémio visa todos os edifícios que na sua concepção arquitectónica integram os princípios da utilização da energia solar passiva. Para tal, esses conceitos devem conduzir à incorporação de sistemas passivos de aquecimento ou arrefecimento natural no edifício, nomeadamente a orientação, dimensionamento e protecção solar eficiente dos envidraçados, bem como a sua ventilação adequada, conducentes à satisfação das condições de conforto e qualidade do ar no seu interior sendo, no seu todo, de tal modo relevante que minimiza o recurso a sistemas ou ao consumo de energia comercial.

O prémio visa, em particular, os edifícios residenciais sem sistemas de ar condicionado, e que usem o aquecimento auxiliar de forma muito parcimoniosa, integrando os conceitos da utilização passiva.

## I - Condições gerais de candidatura

Os edifícios deverão ter os seguintes requisitos:

1. Constituir um exemplo claro de elevado nível arquitectónico e de boa integração no espaço urbano ou rural.
2. Incorporar os conceitos gerais do aproveitamento solar passivo (localização e orientação solar, sistemas e estratégias de aquecimento e/ou arrefecimento ambiente).
3. Construção concluída em território nacional após 1 de Janeiro de 2000 e antes da data limite para apresentação das candidaturas.

## II - Condições específicas de candidatura

4. Cumprir integralmente os requisitos da regulamentação térmica existente (RCCTE e, no caso de edifícios com sistemas de climatização, o RSECE) e superar em pelo menos 30% os valores nominais das necessidades energéticas máximas nominais exigidos pelo RCCTE.
5. A inexistência de sistemas de ar-condicionado e a demonstração de que oferecem natural e normalmente boas condições de conforto no Verão.
6. Em edifícios onde o RSECE seja aplicável, deverá ser demonstrado o dimensionamento correcto dos sistemas de aquecimento e que as potências instaladas são pelo menos 30% inferiores aos valores máximos permitidos pelo RSECE.

## III - Condições não obrigatórias

7. Demonstrar ter uma significativa contribuição solar para aquecimento calculada pelo método SLR-P do INETI.
8. Demonstrar, mediante metodologias de contabilização adequada, um desempenho energético optimizado.